



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra, realizada no dia 16 de março de 2018.-----

----- Aos dezasseis dias do mês de março de 2018, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- **1. Aquisição de comunicações fixas e móveis de voz para a Câmara Municipal de Sesimbra – abertura de procedimento;**-----
- **2. Contratação de empréstimo a longo prazo até ao montante de 1 milhão e duzentos mil euros destinado a financiar a aquisição de equipamento circulante;**-----
- **3. Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra;**-----
- **4. Eleição dos Coordenadores das Comissões;**-----
- **5. Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança;**-----
- **6. Designação de um representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil.**-----
- **7. Designação de 5 cidadãos de reconhecida idoneidade para integrar o Conselho Municipal de Segurança.**-----

----- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues, Fernando José Mestre Patrício, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga e Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro;-----

----- Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Luísa Margarida Cagica Carvalho, João Filipe Paulo Pólvora, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Bertina Pereira João Duarte; Andredina Gomes Cardoso e Faustino Marques;-----

----- Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves;-----

----- Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra. -----

----- Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, o substituto do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, João Manuel Varela Laranjeira e a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos.-----

----- Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e trinta minutos. -----

----- Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, da Vice-presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Carlos Manuel Vicente Silva e Francisco José Pereira Luís. -----

----- Após cumprimentar todos os presentes, a **Presidente da AM** informou que a Deputada Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes (CDU), comunicara que por razões de saúde não podia comparecer à presente sessão, sendo convocado para a substituir o Deputado Municipal Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro. Também solicitara a substituição o Deputado Pedro Mesquita (PS), sendo convocado para o substituir o Deputado Faustino Marques. Também o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vitor Antunes, informara que não podia comparecer à sessão por se realizar a reunião da Assembleia de Freguesia e que estaria em seu lugar o vogal da junta, João Manuel Varela Laranjeira. -----

----- Informou que quanto aos pontos 3 e 4 da Ordem de Trabalhos da presente sessão tinham surgido dúvidas quanto ao seu enquadramento, e portanto havia a necessidade de serem retirados e agendados na próxima sessão que se realizaria no dia 20 de abril. -----

----- Submeteu à votação retirar da ordem de trabalhos o ponto 3. “Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra” e o ponto 4.

----- “Eleição dos Coordenadores das Comissões”, sendo aprovado por unanimidade.-----

----- Depois solicitou aos deputados que registassem nas suas agendas o dia 20 de abril para a sessão ordinária, na qual de acordo com a Lei tinham de deliberar sobre o relatório e contas. E porque se tratava de uma sessão com conteúdos extensos, a apreciação da atividade municipal, o relatório e contas, e também documentos para o “PAOD”, era muito provável que tivessem necessidade do desdobramento de uma segunda sessão entre 20 e 27 de abril.-----

----- Perguntou se algum eleito pretendia colocar alguma questão relativa à listagem do expediente recebido pela AMS desde a realização da sessão de 2 de fevereiro, que tinha sido colocado na PAMS para conhecimento. Mas nenhum deputado diligenciou nesse sentido. -----

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Relembrou que no próximo dia 20 do presente mês, às 15h00, no Cineteatro Municipal, iria decorrer a Eleição da Mesa da AMJovens. Portanto ficavam desde já convidados a participar.-----

----- Deu início ao “**Período de Antes da Ordem do Dia – PAOD**” e informou que tinham para este período os seguintes documentos: Saudação “8 de março” (GM BE); Saudação “Congresso Nacional da ANAFRE” (GM CDU); Saudação a Vasco Mendes” (GM PPD/PSD); Saudação “Dia Internacional da Mulher” (Comissão de Líderes); Moção “Hospital do Seixal” (GM CDU); e a Recomendação à CMS “Pela defesa de instalações dignas para os trabalhadores do Município” (GM MSU).-----

----- E tinham ainda, por iniciativa do colega José Guerra, do Bloco de Esquerda, que previamente falou com todos os colegas, o “Voto de Pesar pelo assassinato de Marielle Franco”, uma vereadora brasileira que foi assassinada no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher.-----

----- A seguir a **Presidente da AM** leu a “**Saudação “8 de março”**”, sob proposta do Grupo Municipal da CDU, que se passa a transcrever:-----

----- “O Dia Internacional da Mulher foi comemorado pela primeira vez em 1911 na sequência da proposta de Clara Zetkins em 1910, na Conferência de Mulheres, em Copenhaga. Mas só em 1975 a data do 8 de março é consagrada pela ONU como Dia Internacional das Mulheres. Portugal, que recentemente havia saído de uma ditadura, comemorou também em 1975, pela primeira vez, o Dia Internacional da Mulher em liberdade.-----

----- Quatro décadas de democracia permitiram avanços notáveis na luta pela igualdade entre homens e mulheres. Do direito de voto à entrada das mulheres nas Forças Armadas, das diversas revisões do Código Civil que igualaram o estatuto entre mulheres e homens no casamento ao direito ao aborto e à autodeterminação sexual, das medidas para conciliação entre trabalho e família à entrada massiva das mulheres na educação ou no mundo do trabalho, foram inúmeras as conquistas que ficarão para sempre marcadas na história da luta das mulheres.-----

----- Contudo, estas quatro décadas não chegaram para derrubar a opressão secular do sistema patriarcal e eliminar o estatuto de minoridade e subalternização das mulheres na sociedade Portuguesa.-----

----- A universalização da educação que conduziu à existência, atualmente, de mais mulheres do que homens no ensino superior e diplomadas, não teve reflexo nos cargos e funções que as mulheres ocupam. As escolhas escolares e profissionais continuam a ser condicionadas pelos estereótipos de género e continuam a verificar-se desigualdades no acesso ao emprego e especialmente a cargos de chefia e liderança.-----

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- *A entrada massiva das mulheres no mundo trabalho não se refletiu na igualdade salarial nem tão pouco na capacidade de combater a vulnerabilidade, sempre maior, das mulheres, à precariedade, à pobreza e à exclusão social.* -----

----- *A Lei da Paridade permitiu a participação de mulheres nas autarquias e no Parlamento, mas pouco. A proporção de mulheres em cargos políticos é ainda extremamente reduzida. Em 42 anos de democracia houve 34 mulheres ministras e 484 homens. No Parlamento, a proporção atual de mulheres é de 37,4%.* -----

----- *A consagração da violência doméstica, da violência no namoro e da violação como crimes públicos teve o mérito de incentivar as queixas e denúncias, mas não se revelou capaz de eliminar estas que são as formas mais extremas de opressão, dominação e submissão das mulheres. A cada dia que passa em Portugal, duas mulheres, em média, são violadas. As denúncias de violência doméstica e no namoro aumentam consistentemente todos os anos e a violência doméstica ainda é o crime que mais mata em Portugal. Em 14 anos, 472 mulheres foram assassinadas pelos maridos, companheiros, namorados, em relações presentes ou passadas.* -----

----- *É impossível ignorar que vivemos ainda numa sociedade profundamente desigual, marcada pelos estereótipos de género, pelo sexismo e por múltiplas discriminações.* -----

----- *Por tudo isto, o 8 de março representa muito mais do que um marco simbólico da história da luta das mulheres. Significa sobretudo, uma exigência do presente na defesa do Direito Humano Fundamental que é a Igualdade.* -----

----- *A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 16 de março de 2018, saúda o 8 de março e lembra a importância de o assinalar. Contra todos os conservadorismos e opressões, pela liberdade e pela afirmação dos direitos das mulheres, a Assembleia Municipal de Sesimbra apoia o amplo movimento de partidos, sindicatos e movimentos sociais que estão na luta pela defesa das reivindicações emancipatórias das mulheres por uma sociedade mais justa e igualitária.* -----

----- *Dar conhecimento desta Saudação: Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Primeiro-ministro; Movimento Democrático de Mulheres; Departamento Nacional das Mulheres Socialistas; Movimento das Mulheres Social-Democratas; Comunicação Social Local e Regional".* -----

----- **A Presidente da AMS** deu a palavra aos deputados Municipais para se pronunciarem. -----

----- **O Deputado Fernando Patrício** cumprimentou todos os presentes e referiu que disse que não basta apenas dizer que a Lei consagre os direitos, é preciso que as mulheres os possam exercer em todas as suas dimensões da sua vida pessoal, familiar, profissional, social e política. E esta sua intervenção tinha

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

a ver com os dados recentemente divulgados pelo Eurostat no dia 7 de março, em que Portugal foi o segundo país da União Europeia em que o fosso salarial entre homens e mulheres mais cresceu entre 2012 e 2016. A diferença salarial entre homens e mulheres aumentou para 17,5%, ou seja, mais 4,6% nestes anos, quando o fosso salarial da União Europeia caiu para 0,6%. Portanto, independentemente de estar consagrado na Lei esta igualdade entre homens e mulheres é preciso que do ponto de vista da legislação se permita que essa igualdade seja efetiva.-----

----- Lembrou qua a intervenção do PCP nesta matéria, se tem pautado pela exigência de políticas centradas no objetivo de prevenir e combater as causas económicas e sociais que alimentam as desigualdades e discriminações, que incidem de uma forma muito especial sobre as mulheres.-----

----- Não havendo mais ninguém para intervir, **a Presidente da AM colocou à votação a Saudação “8 de março”, tendo sido aprovada por unanimidade.**-----

----- Cedeu a palavra **ao Deputado Lobo da Silva** que apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- *“A bancada do PSD da assembleia Municipal de Sesimbra votou favoravelmente esta saudação, apresentada pelo Bloco de Esquerda, atendendo ao tema em si.*-----

----- *No entanto não podemos de repugnar a forma como se diz no Norte “Azeiteira e Trauliteira” com que o Bloco de Esquerda apresentou a Saudação, ou seja à revelia de tudo e de todos.*-----

----- *Relembramos que ficou acordado no dia 27 de fevereiro de 2018, em reunião de Líderes, elaborar uma Saudação ao Dia Internacional da Mulher e que a mesma seria elaborada e apresentada pela Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal.*-----

----- *Para nós PSD consideramos esta atitude do Bloco de Esquerda como uma desonestidade política.”*

----- Prossequindo os trabalhos, **a Presidente da AM** deu a palavra à **Presidente da junta de freguesia de Santiago, Laura Correia** que leu a **Saudação intitulada “Congresso Nacional da ANAFRE”** (GM CDU), que se passa a transcrever:-----

----- *“Realizou-se na cidade de Viseu nos passados dias 26, 27, e 28 de janeiro do corrente ano, o XVI Congresso Nacional da Associação Nacional de Freguesias, ANAFRE com o lema “Somos Portugal Inteiro”, onde se perspectivou a atuação das autarquias para os próximos quatro anos.*-----

----- *Durante estes três dias, os cerca de 1200 delegados elegeram os novos órgãos sociais da Associação e debateram temas importantes para as freguesias e para as populações.*-----

----- *Em debate estiveram quatro eixos: descentralização de competências; revisão da Lei das Finanças Locais; nova lei-quadro de criação, modificação e extinção de autarquias; alteração do estatuto do eleito local.*-----

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Entre as 22 moções apresentadas e aprovadas por maioria, os autarcas de todo o País contestam, por exemplo, «o encerramento de estações dos CTT» e exigem a «reversão da privatização» da empresa.

----- Num outro documento, os congressistas voltaram a recomendar ao Governo e à Assembleia da República que legisle rapidamente no sentido de «reverter a efetiva extinção de freguesias operada pela “reorganização” em todos os casos em que não tenha existido consenso nos órgãos deliberativos chamados a pronunciar-se e não haja oposição expressa pelos atuais órgãos».-----

----- Assim a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 16 Março de 2018 delibera:-----

----- Saudar a ANAFRE pela valorização das freguesias no sentido da reabertura do processo de reorganização territorial;-----

----- Felicitar os novos órgãos sociais da associação. -----

----- Dar conhecimento: -----

----- Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Ministro da Administração Interna; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Associação Nacional de Municípios Portugueses; ANAFRE; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Comunicação Social Local e Regional.” -----

----- A seguir a **Presidente da AM** deu a palavra aos Deputados para se pronunciarem.-----

----- **O Deputado Sérgio Faias** após cumprimentar os presentes na sala, disse que queria deixar uma pequena nota. Naturalmente que se congratulavam com a realização deste Congresso Nacional e com a importância que as freguesias têm para a concretização da democracia em Portugal. -----

----- No entanto gostariam de deixar algumas notas sobre o texto da presente saudação e deixar algumas sugestões. Por um lado, e na perspetiva da bancada do PS, de facto os CTT foram alienados a um conjunto de ativos que presentemente já não estavam nas mãos dos CTT, ativos esses que punham em causa a normal atividade da empresa. Mas naturalmente que uma reversão dessa privatização iria trazer forte encargos para o erário público e fortes encargos para os contribuintes. Portanto deviam defender que a qualidade do serviço prestado cumprisse os padrões que deveria cumprir, sendo que a reversão poderia trazer até em termos de confiança dos investidores, problemas depois para o futuro no desenvolvimento do país. Portanto, não concordavam muito com a reversão da privatização. -----

----- Relativamente à deliberação, onde se recomenda ao Governo a reabertura do processo, pensavam que se deviam centrar na realidade do concelho de Sesimbra. E olhando para a realidade do nosso concelho e não tendo havido qualquer reorganização das freguesias, parecia-lhes que a frase não devia integrar a saudação à ANAFRE. -----

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- **O Deputado José Guerra** cumprimentou todos os presentes e disse que em relação à Declaração de Voto do PSD quanto à Saudação “8 de março” ele tinha a resposta, porque a saudação à ANAFRE vinha por em causa o seguinte: A forma “Trauliteira” com que o Governo PSD-CDS governou durante 4 anos e meio, em que acabou com várias freguesias, com serviços públicos em vários locais do país, hoje trazia-lhes bastantes dificuldades na forma como se podia reorganizar, ou não, aquilo que foi destruído.-----

----- **O Deputado Lobo da Silva** disse que nada havia a dizer quanto ao trabalho desenvolvido pela ANAFRE em prol da Defesa do Poder Local. Portanto estavam de acordo. -----

----- No entanto uma chamada de atenção para a bancada da CDU no que se referia à parte deliberativa. Se era uma Saudação, não devia referir “*recomendar ao Governo a reabertura do processo*”, talvez devessem pôr, se a CDU estivesse de acordo, “*exigir ao Governo a reabertura do processo*”. -----

----- **O Deputado José Braga** cumprimentou todos os presentes e referiu que a presente Saudação representava o consenso que houve no Congresso e no qual estiveram representadas variadíssimas forças políticas. E portanto tinham chegado ao presente texto e estava ali a reprodução. Claro se o deputado não se revia no texto do documento era um direito que lhe assistia. Mas a bancada da CDU estava solidária como a saudação tinha sido aprovada, estava solidária com a reorganização e entendiam, ao contrário da posição do deputado, que a reversão da privatização dos CTT era fundamental pelas razões que não as ia ler, mas que estavam estigmatizadas. Portanto o que ali estava tinha sido aprovado pela maioria dos congressistas, não era um texto da bancada da CDU.-----

----- **O Deputado Miguel Ribeiro** começou por dizer que iam naturalmente votar favoravelmente a presente saudação. Reconheciam o trabalho que tem sido desenvolvido pela ANAFRE e juntavam-se como era óbvio àquela Saudação. -----

----- Relativamente ao “*recomendar ao Governo a reabertura do processo territorial das freguesias*”, parecia-lhes que estava um bocadinho deslocado dado aquilo que é a natureza de saudação. E não concordavam com o PSD em colocar “*exigir*” em vez de “*recomendar*” porque pior seria a emenda que o soneto. E a sua proposta era que aquela parte fosse retirada, ou então acrescentar a uma das outras conclusões, saudar a ANAFRE e o Poder Local pela importância que tem tido ao nível da valorização territorial das freguesias.-----

----- **O Deputado Sergio Faias** disse que uma vez que tinha sido referido diretamente, gostaria de fazer uma pequena referência à questão da reversão da privatização. Naturalmente era uma questão que ideologicamente existiam pontos que unia todos os grupos ali presentes e existiam também pontos em que não eram tão concordantes, e aquele de facto era um deles. Embora compreendendo o argumento

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

de que foi um documento aprovado, e estando ali entre aspas porque era a citação de um documento, poderiam até aceitar a sua integração. No entanto tendo em conta o teor da saudação, pensando que é uma saudação e interpretando que é uma saudação, diriam que o final do documento seria mesmo saudar e felicitar. Portanto o que propunham, mais uma vez com o argumento inicial apresentado pelo grupo do Partido Socialista, era retirar o recomendar, e ficar o saudar e felicitar. -----

----- **A Presidente da AM** disse que a partir daquele momento era fundamental que se encontrasse uma forma de entendimento sobre o texto da saudação, para que pudessem chegar a uma redação final, pese embora esse acerto pudesse ser feito mais à frente e passassem a outro documento. -----

----- Deu a palavra ao **Deputado João Valente** que após cumprimentar todos os presentes, disse que não ia fazer considerandos e ia aguardar pelo intervalo para chegarem a um acordo e para o fecho do documento. -----

----- **A Presidente da AM** disse que assim sendo passavam ao documento seguinte e cedeu a palavra à **Segunda Secretária da Mesa, Conceição Gonçalves**, para fazer a leitura da “**Saudação a Vasco Mendes**”:---

----- *“A bancada do PSD da Assembleia Municipal de Sesimbra entende fazer uma homenagem justa a Vasco Mendes, do Grupo Desportivo União da Azoia, pelo seu título conquistado como Campeão Ibérico Masculino de Orientação Pedestre, no passado mês de janeiro, em Ávila/Espanha.*-----

----- *Saudamos este atleta pelo reconhecimento, capacidade de entrega e esforço, desejando os maiores sucessos para a sua carreira, bem como para o Clube que representa e a todos os que são próximos e que apoiam com todas as necessidades e condições.*-----

----- *Que o **Seu** sucesso também dignifique o Concelho de Sesimbra.* -----

----- **Vasco:** *“Aprende a confiar em Ti Mesmo e aprenderás o grande Segredo da Vida”.* -----

----- *Dar conhecimento: Atleta e ao Clube que representa; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Comunicação Social Local e Regional.”* -----

----- Após a leitura do documento, a **Presidente da AM** perguntou se havia alguma questão a colocar. ---

----- **O Deputado Paulo Caetano** disse que queria cumprimentar a Sr.ª Presidente da Assembleia e pedir desculpa pelo seu atraso, ainda mais no momento em que estava a ler a Saudação ao Dia da Mulher, era uma falta de respeito. Depois cumprimentou todos os presentes na sala. -----

----- Quanto à saudação disse que a ideia que tinha era que o Vasco Mendes tinha sido Campeão de Sub 16, ou Sub 17, e na saudação referia que tinha sido Campeão Ibérico Masculino, só por uma questão de rigor, obviamente que estava totalmente de acordo com a saudação, porque era absolutamente merecida e justa. -----

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- **O Deputado Lobo da Silva** disse que efetivamente era Sub 16. -----

----- **A Presidente da AM** agradeceu ao deputado e disse que se não vissem inconveniente fariam a correção da categoria pela qual o atleta foi campeão. -----

----- Deu a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que perguntou de onde é que vinha a citação: **Vasco**: *“Aprende a confiar em Ti Mesmo e aprenderás o grande Segredo da Vida”*. -----

----- **A Deputada Conceição Gonçalves** disse que não sabia que era necessário o nome, ia ver e poria. -----

----- Não havendo mais nenhum deputado para intervir, **a Presidente colocou à votação a “Saudação a Vasco Mendes”** com as correções introduzidas, que aqui se transcreve:-----

----- *“A Assembleia Municipal de Sesimbra entende fazer uma homenagem justa a Vasco Mendes, do Grupo Desportivo União da Azoia, pelo seu título conquistado como Campeão Ibérico Masculino de orientação pedestre, no escalão H16, no passado mês de Janeiro, em Ávila/Espanha.* -----

----- *Saudamos este atleta pelo reconhecimento, capacidade de entrega e esforço, desejando os maiores sucessos para a sua carreira, bem como para o Clube que representa e a todos os que são próximos e que apoiam com todas as necessidades e condições.*-----

----- *Que o Seu sucesso também dignifique o Concelho de Sesimbra.”* -----

----- *Dar conhecimento:* -----

----- *Atleta e ao Clube que representa; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Comunicação Social Local e Regional.”* -----

----- **A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade esta Saudação.**-----

----- Seguidamente **a Presidente da AM** deu a palavra à **Segunda Secretária, Conceição Gonçalves**, para ler a **Saudação “Dia Internacional da Mulher”**, apresentada pela Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, que se transcreve:-----

----- *“Passado mais de um século da proclamação deste dia, a igualdade consagrada nas leis está longe de se refletir na vida da maioria das mulheres, e por isso o dia 8 de março continua ainda a ser importante pela defesa dos direitos e emancipação das mulheres.* -----

----- *Para que a igualdade seja uma realidade no quotidiano das mulheres, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães, é necessário acabar com as causas das desigualdades, nomeadamente, na intensificação da exploração laboral, no incumprimento dos direitos de maternidade e paternidade, nas insuficientes respostas do Estado, em especial naquelas que são as suas funções sociais.* -----

----- *Ainda hoje essas desigualdades são evidentes na nossa sociedade e tanto assim que, a diferença salarial entre mulheres e homens atinge os 19,9%, ou seja, para ganhar o mesmo que os homens, as*

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

mulheres teriam de trabalhar mais 73 dias no ano. É urgente garantir a igualdade salarial através da valorização dos salários de todos os trabalhadores.-----

----- *É um facto que as mulheres constituem a maioria dos trabalhadores com menos de 35 anos em situação de vínculo precário de trabalho, assim como a circunstância de hoje em dia, a idade média com que as mulheres em Portugal têm o primeiro filho, ser de 30,3 anos.*-----

----- *Também é verdade que, cada vez mais mulheres têm horários de trabalho que implicam ocuparem os fins-de-semana, facto que dificulta sobremaneira a conciliação do trabalho com a vida familiar e pessoal.*-----

----- *Também no Poder Local, é bem visível a grande desigualdade nos diferentes cargos autárquicos quer nos órgãos deliberativos, quer nos executivos.*-----

----- *É igualmente importante salientar que a formação académica identifica as mulheres com um valor percentual superior ao dos homens, embora a realidade ateste que não ocupam os lugares de liderança nas empresas ou nos conselhos de administração.*-----

----- *Continuamos a viver uma nota negativa nos diferentes setores da sociedade, mas a realidade é que são ainda as mulheres quem permanece em maior número na população analfabeta, num claro efeito geracional que remete para um passado em que o privilégio da educação era concedido aos indivíduos do sexo masculino.*-----

----- *A Revolução de Abril de 1974 mostrou como a desigualdade não é inevitável nem é uma fatalidade. Trouxe profundos avanços na vida das mulheres portuguesas. Alterou-se o seu estatuto na família, no trabalho, na sociedade. Abriram-se caminhos para a valorização da participação das mulheres nos mais diversos domínios.*-----

----- *Cumpramos ainda não esquecer o fenómeno da violência doméstica, que embora afetando homens e mulheres, têm particular incidência e repercussão no sexo feminino.*-----

----- *A consagração da violência doméstica, da violência no namoro e da violação como crimes públicos teve o mérito de incentivar as queixas e denúncias, mas não se revelou capaz de eliminar estas que são as formas mais extremas de opressão, dominação e submissão das mulheres. A cada dia que passa em Portugal, duas mulheres, em média, são violadas. As denúncias de violência doméstica e no namoro aumentam consistentemente todos os anos e a violência doméstica ainda é o crime que mais mata em Portugal. Em 14 anos, 472 mulheres foram assassinadas pelos maridos, companheiros, namorados, em relações presentes ou passadas, o que se afigura inaceitável!*-----

----- *Por tudo isto, torna-se ainda necessário comemorar o Dia Internacional da Mulher, enquanto*

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

alerta para os valores da sociedade. -----

----- A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 16 de março, saúda todas as mulheres e em especial as sesimbrenses, convicta que o princípio da dignidade social é fundamental numa sociedade de justiça e igualdade em benefício do desenvolvimento do País e do Município de Sesimbra. -----

----- Dar conhecimento desta Saudação:-----

----- Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Primeiro-ministro; Movimento Democrático de Mulheres; Departamento Nacional das Mulheres Socialistas; Movimento das Mulheres Social-Democratas; Comunicação Social Local e Regional.-----

*----- Seguidamente a **Presidente da AM** perguntou se havia alguma questão a colocar.* -----

*----- Não havendo, colocou à votação a **Saudação “Dia Internacional da Mulher”, que foi aprovada por unanimidade.*** -----

*----- Prossequindo os trabalhos, a **Presidente da AM** passou ao documento seguinte, a **Moção subordinada ao tema “Pela Construção do Hospital do Seixal”,** apresentada pelo (GM CDU) que aqui se reproduz: -----*

----- “Em 2009 foi assinado um “Acordo Estratégico de Colaboração para o Lançamento do Novo Hospital Localizado no Seixal”, entre o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal do Seixal, e ficou prevista a conclusão da construção para 2012, tendo chegado a ser lançado um concurso público em janeiro de 2010.-----

----- Este processo acabou por ser suspenso durante o primeiro Governo PSD/CDS-PP. -----

----- O hospital de referência para o concelho de Sesimbra era o Hospital Garcia de Orta, em Almada, construído a pensar em 150 mil pessoas e que hoje dá resposta a cerca de 450 mil utentes um claro prejuízo para os doentes e população da região.-----

----- Para tentar minimizar este estado de sobrelotação do HGO, em abril de 2013 o primeiro hospital de referência para os munícipes do concelho de Sesimbra passou a ser o Hospital São Bernardo, em Setúbal, que está neste momento em situação de rutura face ao elevado número de utentes a que presta cuidados de saúde. Para além disso, a distância e a falta de transportes públicos adequados torna difícil o aceso a grande parte dos habitantes do concelho de Sesimbra a este hospital. -----

----- Com a construção do novo hospital no Seixal as distâncias percorridas pelos utentes serão significativamente reduzidas face a situação atual, assegurando assim, uma resposta mais célere nas consultas de especialidade e no ambulatório aos habitantes desta região. -----

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Para além disso, o Hospital do Seixal compensa parcialmente a ausência de um Serviço de Urgências Básico no concelho de Sesimbra, que apesar de todos os esforços da autarquia nunca foi concretizado pelo Ministério da Saúde. -----

----- Em Janeiro deste ano, a Assembleia da República aprovou uma resolução, com os votos favoráveis de PS, BE, PCP, PEV e PAN e abstenção de PSD e CDS-PP, a favor da construção do Hospital do Seixal, na sequência da discussão de uma petição pública entregue pela Plataforma Juntos pelo Hospital no Concelho do Seixal, que chegou pela primeira vez à votação em plenário. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida em sessão extraordinária a 16 de Março de 2018, delibera: -----

----- 1- Manifestar o seu apoio as Comissões de Utentes de Saúde na justa reivindicação pela construção do Hospital do Seixal. -----

----- 2- Solicitar junto do Ministério da Saúde o cumprimento do acordo assumido em 2009 para a construção do Hospital do Seixal. -----

----- Dar conhecimento: Presidente da Assembleia da República; Ministro da Saúde; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Comissões de Utentes dos Serviços Públicos de Saúde dos concelhos de Sesimbra e Seixal; Câmara Municipal do Seixal; Assembleia Municipal do Seixal; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Comunicação social local e regional. -----

----- **A Presidente da AM** deu a palavra aos Deputados Municipais para se pronunciarem. -----

----- **O Deputado Lobo da Silva** referiu que a bancada do PSD ia votar favoravelmente, contudo queria deixar umas pequenas notas. Não estavam à espera que a CDU escrevesse: *este processo acabou por ser suspenso durante o primeiro Governo do PPD/PSD-CDS/PP*, o que era uma verdade, mas gostariam de lembrar que esta suspensão se deveu ao facto do Governo do PSD ter recebido um país falido, diria mesmo, na terceira banca rota socialista, e daí não efetuar a construção do Hospital do Seixal. Percebia que passados três anos a construção do Hospital do Seixal continuasse a ser para eles um amor platónico, mas nunca ia ser atingido porque não há dinheiro para a sua construção. Já várias vezes que este Governo foi alertado por Bruxelas com as contenções de pagamentos que está a fazer para atingir as metas orçamentais, senão vissem: a linha férrea está em perigo; a ponte 25 de Abril já deixa cair bocados de ferro porque não tem manutenção; os carrilhões de Mafra estão a cair; os pagamentos a fornecedores do Serviço Nacional de Saúde não é efetuado. E por isso percebiam perfeitamente porque é que o Governo estava a cumprir os objetivos, porque não pagava a ninguém. -----

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Quanto à parte deliberativa disse que sugeriam, se a bancada da CDU aceitasse, que fosse colocado um 3º ponto com o seguinte texto: *Exigir ao Ministério da Saúde a ampliação, no Hospital de Setúbal, do espaço para os utentes e profissionais, dando todas as condições necessárias para que o atendimento possa ser feito melhor e em segurança.*-----

----- Depois referiu que ainda há pouco tempo o Governo defendia a ampliação do Hospital de Setúbal, e depois de estudos feitos e o dinheirinho dos portugueses gasto, a opção já não era o Hospital de Setúbal, era o Hospital do Outão. E portanto, quando as obras estivessem quase para arrancar a opção já não seria esta, seria outra qualquer, à boa maneira Socialista “empurram com a barriga”. -----

----- **O Deputado Sérgio Faias** disse que de um modo geral o documento reunia a concordância do Partido Socialista, mas não podiam deixar de fazer uma referência ao comentário do deputado do PSD sobre o Governo do PS. Se quisessem podiam recuar um bocado mais na história e relembrar que foi em 2008 que a Comissão Europeia deu orientações aos países, tendo em conta o problema que houve na banca internacional, para que adiantassem investimentos que estavam previstos para mais tarde, e de facto o país fez esse esforço. Depois de repente perceberam que isso ia trazer mais um problema para a banca, porque o excesso de procura de dinheiro no mercado para fazer esses investimentos levou a que as taxas de juros aumentassem, e foi o problema que todos conheciam. -----

----- Disse ainda que, já que o deputado falou de ponte, convinha falar em Ferreira do Amaral, já que falou dos carrilhões de Mafra deviam falar do Eng.º Hélder Silva, Presidente da Câmara de Mafra. E pelo que se lembrava eram personagens do PSD. Portanto convinha, se quisessem pensar no que aconteceu para trás, ir um bocadinho mais atrás. -----

----- Quanto à Moção e relativamente ao parágrafo, *“Para além disso, o Hospital do Seixal compensa parcialmente a ausência de um Serviço de Urgências Básico no concelho de Sesimbra, que apesar de todos os esforços da autarquia nunca foi concretizado pelo Ministério da Saúde”*, disse que gostariam de deixar a seguinte questão. Tendo em conta que estava a haver negociações com o Ministério da Saúde para o Centro de Saúde da freguesia de Santiago, que tinha havido reuniões sobre a possibilidade de se fazer um novo investimento na Quinta do Conde, seria oportuno naquele momento apresentar um documento com aquele parágrafo tão forte? Ou deveria o documento baixar à Comissão para que pudesse ser aperfeiçoado e para que pudessem pensar um pouco melhor no seu conteúdo, tendo em conta o maior interesse da população do concelho de Sesimbra. -----

----- **A Presidente da AM** disse aos deputados que já tinham passado os 30 minutos do PAOD, já iam em 45 minutos, portanto agradecia que as suas intervenções fossem sucintas e sobre a matéria em causa.

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- **O Deputado Rui João** disse que quanto à proposta do deputado Lobo da Silva em acrescentar um ponto 3 à moção, a bancada da CDU não via inconveniente. Mas queria salientar que a ampliação dos serviços do Hospital de S. Bernardo não deveria inviabilizar a construção do Hospital do Seixal.-----

----- Quanto às questões do Deputado Sérgio Faias, em o documento baixar à Comissão “3”, disse que esta Comissão tinha agendado já algumas reuniões com as Unidades de Saúde do concelho e tinha programado o trabalho a levar a cabo sobre as questões de saúde. No entanto quanto à construção do Hospital do Seixal, no ponto de vista da CDU, uma coisa não implica a outra. A construção do Hospital do Seixal era uma reivindicação, quer da população do Seixal, quer da população de Sesimbra, que deveria ser levada a cabo. Porque de facto as condições que estes utentes têm aos hospitais da região são paupérrimas. Felizmente que todos eles tinham meios para se deslocarem aos hospitais, quer de S. Bernardo, quer de Garcia d’Orta, mas quem não tinha via-se e desejava-se para lá chegar, porque as condições de deslocação são as piores que existem. E portanto não poderiam deixar de lutar pela construção do Hospital do Seixal, tanto mais que Assembleia da República é praticamente unanime na construção deste Hospital. E a presente moção referia que reivindicassem para que o processo avançasse.

----- Disse ainda, que de facto a Câmara Municipal de Sesimbra estava em negociação com o Ministério da Saúde para o novo Centro de Saúde de Sesimbra. Quanto ao Serviço de Urgências Básicas não sabiam se estava em cima da mesa ou se não estava, mas era uma reivindicação que a população de Sesimbra tem mantido durante anos, não era de agora. E a construção do Hospital do Seixal iria dar de facto resposta a essa necessidade da população.-----

----- Quanto à Moção baixar à Comissão “3”, disse que como Coordenador da Comissão se a Assembleia Municipal decidisse não via inconveniente. E como tinha referido, a comissão estava a preparar um trabalho na área da saúde à semelhança do que tinham feito sobre a educação no anterior mandato, e iriam elaborar um documento que fosse consensual.-----

----- **A Presidente da AM** perguntou aos Deputados Miguel Ribeiro e Lobo da Silva, tendo em conta a intervenção do Deputado Rui João, se prescindiam da intervenção.-----

----- **O Deputado Miguel Ribeiro** disse que prescindia da sua intervenção.-----

----- **O Deputado Lobo da Silva** disse que a sua intervenção, como a Sr.^a Presidente devia entender, era para dar uma resposta democrática ao deputado Sérgio Faias. Porque o PSD não podia estar constantemente a ouvir este empurrar com a barriga e acusarem o PSD de tudo, porque o PSD já não estava no Governo há 3 anos.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Disse ainda ao Deputado Sérgio Faias que ele podia relembrar tudo o quisesse, só não podia relembrar o PSD de ter levado o país à banca rota. E lembrava que o único Ministro que se demitiu por uma ponte ter caído, foi o Ministro Jorge Coelho, do Partido Socialista, quando caiu a Ponte Entre os Rios.

----- Terminadas as intervenções a **Presidente da AM**, colocou a moção à votação.

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com a concordância do Grupo Municipal proponente, baixar à Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, a Moção “Pela Construção do Hospital do Seixal”.**-----

----- Foi dado início ao documento apresentado pelo (GM do MSU), uma **“Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra “Pela defesa de instalações dignas para os trabalhadores do Município”.**-----

----- **A Presidente da AM** cedeu a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que referiu, que o Movimento Sesimbra Unida tinha feito esta recomendação na sequência da visita dos eleitos aos serviços da Câmara Municipal. E não tinha dúvidas que todos os grupos municipais tinham consciência que há muitos trabalhadores da autarquia que não tem condições dignas no seu local de trabalho.-----

----- Também sabiam que o executivo tinha consciência disso, não era uma situação fácil sabendo que havia encargos associados eventualmente grandes. Mas aquilo que propunham é que fosse feito um estudo de todas as instalações presentemente ocupadas por arrendamento, encargos fixos e outros, que pudessem ser libertadas através de umas novas instalações, assim como a libertação de instalações próprias pela sua alienação, até porque muitas das instalações estão em zonas nobres da Vila e era preciso fazer essa análise comparativa para terem uma noção quando é que se podia pôr na agenda a concreção deste projeto.-----

----- Mas tinham ficado muito preocupados em ver em alguns espaços tanta gente a trabalhar em cima uns dos outros, uma coisa que criticavam nos privados e não podiam aceitar no público como era evidente. Portanto cabia-lhes a eles encontrar uma solução, uma solução realista e em consciência, mas só depois de um estudo é que se poderiam pronunciar. Portanto por isso é que recomendavam que esse estudo fosse feito por iniciativa do executivo e depois, naturalmente, ser apresentado à Assembleia Municipal para se ter a noção da dimensão do investimento que estava associado ao referido projeto.---

----- Usou da palavra a **Deputada Paula Rodrigues** que sugeriu a inclusão do seguinte parágrafo: *“Ao mesmo tempo, não queremos deixar de valorizar e enaltecer o trabalho e dedicação que os trabalhadores da Câmara têm demonstrado, quer no desempenho das suas funções, quer no sentido de missão de serviço público, que mesmo perante as dificuldades, num trabalho de proximidade, têm conseguido dar*



Assembleia Municipal de Sesimbra

resposta às necessidades e levado a cabo os objetivos do município e que muito tem contribuído para promover a imagem do concelho de Sesimbra”.-----

----- **A Presidente da AM** disse que se bem tinha entendido o parágrafo sugerido ficaria imediatamente a seguir ao parágrafo: *“Face ao exposto, a Assembleia Municipal...”*. -----

----- Usou da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que referiu que o Grupo Municipal do PS concordava com a presente proposta, até porque esta tinha sido uma das propostas eleitorais do Partido Socialista na campanha. Defendiam a ideia de que é necessário avaliar se as condições actuais e com a dispersão que existe estão reunidas as melhores condições de trabalho dos funcionários que trabalham na autarquia. E por outro lado, se está garantida a eficácia e a eficiência desses serviços. No entanto gostava apenas de fazer uma nota onde refere *“não reúnem as condições mínimas”*, talvez não fosse adequado estarem a votar qualquer coisa que não reúne as condições mínimas, e sugeria uma pequena alteração: *“não garantem a dignidade e a realização do trabalho com eficácia e eficiência dos recursos”*. -----

----- **A Presidente da AM** disse aos proponentes da recomendação que tomassem nota da sugestão.

----- Deu a palavra ao **Deputado João Valente** que disse que do mesmo modo que a proposta do Partido Socialista desde já era aceite, queriam aproveitar os 5 minutos de intervalo para fazerem também mais algumas alterações no documento.-----

----- **O Deputado Lobo da Silva** disse que a bancada do PSD também ia alertar para a frase *“não reúnem as condições mínimas”*, porque como tinha dito o deputado Faias, e com toda a razão, teriam que ter atenção a este tipo de frases para que não criassem um problema para eles próprios. -----

----- Quanto à recomendação disse que pensava que este tema não era do partido A ou do partido B, isto tinha sido transversal ao longo dos anos e esta ideia de se construir já tinha barbas. Agora era preciso que todos eles reconhecessem que efetivamente as condições não são as melhores. Mas todos eles tinham que ter consciência de uma coisa, independentemente dos serviços estarem dispersos, era uma verdade, de haver rendas que a autarquia paga dentro da Vila de Sesimbra, a haver uma situação destas todos tinham que ter a noção do endividamento que a Câmara Municipal ia fazer. Porque um edifício para os serviços da Câmara Municipal nunca seria menos de 15, 20 milhões de euros e a Câmara poderia decidir pela construção de um edifício. E se fosse essa a opção, teria que trazer à Assembleia Municipal um bom empréstimo para a sua construção. Mas depois teriam que reconhecer uma coisa, havendo esse valor para a construção do edifício muitas obras essenciais ao concelho deixariam de ser efetuadas. Portanto comungavam desta preocupação, estavam de acordo que um dia se pudesse vir a fazer, mas enquanto o concelho de Sesimbra exigir, deste ou de qualquer executivo, obras necessárias, tinham de

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

ponderar se seria essa a opção de se gastar 15 ou 20 milhões, com todo o respeito pelos trabalhadores que estão a trabalhar em condições menos apropriadas. -----

----- **O Deputado Paulo Caetano** disse que queria chamar a atenção para um aspeto que lhe parecia importante na recomendação. A presente recomendação não era para a Câmara Municipal fazer um edifício novo, era para a Câmara fazer um estudo de viabilidade financeira. E um estudo de viabilidade financeira é extremamente alargado, há recursos financeiros que podem surgir, de melhorar a eficiência energética do edifício, de diminuir o consumo de recursos, água, etc., etc. E portanto um estudo de viabilidade financeira abrangente, bem pensado, atual, se calhar era um bom passo para se pensar que era viável. Agora talvez não, no final do atual mandato eventualmente, ou no próximo mandato, era um ponto de situação que se calhar valeria a pena fazer. E não era preciso recorrer a serviços externos, se calhar dentro da própria Câmara Municipal haveria meios para o fazer. Portanto era para reforçar este aspeto, a recomendação era para se fazer um estudo de viabilidade, para se pensar no assunto, basicamente era isso. -----

----- **O Deputado João Rodrigues** disse que às vezes lhe parecia que há pessoas que não sabem ler os textos, francamente fazia-lhe confusão. Aquilo que se estava a propor era ver se era possível, ou se não era possível, e analisar os custos que estão associados. Agora alguém tinha dúvidas que havia colaboradores que estavam em condições péssimas? Num dos serviços, o dos mapas, estavam 7 pessoas onde apenas deviam estar 2, a posição que se tinham que se pôr para ver um mapa era uma vergonha. -

----- Portanto aquilo que propunham era o seguinte: ver eventualmente num estudo se era possível, até pelos colaboradores da Câmara, podia não ser já para o próximo mês, ou dali a dois ou três meses, mas era um problema que os preocupava e sabia que também preocupava o Sr. Presidente da Câmara. Agora, o que é custava saber quanto era? Evidentemente, no caso do MSU, se o montante envolvente naquele investimento não fosse executável para a Câmara que não iam defendê-lo, porque o MSU não tinha defendido o endividamento da Câmara Municipal. Agora, os colaboradores da Câmara mereciam um investimento. Era possível fazê-lo? Era isso que tinham que saber e era isso que estavam a pedir.-----

----- **A Presidente da AM** deu a palavra **ao Presidente da Câmara Municipal** que, após cumprimentar todos os presentes na sala, referiu que já tinha saudades de estar do lado de lá, nas bancadas, com todas as “*nuances*” que tinham tido ali na discussão dos documentos. E gostaria de dizer, se a Sr.ª Presidente da Assembleia lhe permitisse, quanto à questão da bola de um lado e de outro, do Governo PSD-CDS, ou do Governo do PS, que poderiam sempre mudar para um Governo de outra força política, pelo menos para



Assembleia Municipal de Sesimbra

experimentarem, poderiam sempre optar e votar na CDU, para poderem ter ali uma 3ª equipa para passar a bola de uns para os outros e não ser apenas o árbitro. -----

----- Relativamente à recomendação, e admitia que podia falar por todos os elementos do executivo, subscreviam obviamente o teor da recomendação, à exceção da frase “*não reúnem as condições mínimas*”, e que poderia ser “*não reúnem as condições adequadas*”, para não ter uma conotação tão pejorativa. Portanto estavam totalmente de acordo e queria deixar duas notas. -----

----- A primeira, que a Câmara Municipal em 1999/2000 tinha iniciado um estudo, que foi aprovado em 2008 com o estudo de ordenamento da Avª da Liberdade, que consolidava a solução em três fases do ordenamento da própria avenida, onde em duas delas a Câmara é proprietária dos solos, nomeadamente a zona do estádio e a zona do terminal rodoviário, versus, o solo onde estão implementados, hoje com instalações municipais também de certa forma desacuadas, os antigos pavilhões da escola preparatória. Nestes dois solos tinham previsto, tinham um estudo com a estimativa de custos e a operação que se pretendia realizar, a construção do novo edifício municipal. -----

----- Disse que nunca tinha escondido, aliás tinha referido várias vezes e em várias intervenções, que antes do ato eleitoral de 1 de outubro já havia sinais de alguns promotores que era possível retomar o processo de ordenamento da Avª da Liberdade. Começando obviamente pela 1ª fase, que era a que previa a reabilitação do estádio, a construção de um estacionamento, um terminal rodoviário, que iria possibilitar a saída dos autocarros do outro terreno onde se centraria o edifício municipal. Esta operação com a alienação de alguns terrenos do município também, ficaria praticamente a custo zero para a Câmara. Havia aqui um investimento na primeira operação, que era a mais onerosa a qualquer promotor, de cerca de 1 milhão de euros, e que tinha a ver com a posse do próprio terminal rodoviário, uma vez que o estádio viria à posse da Câmara Municipal por 2,2 milhões de euros, mas a deduzir dos 3 milhões da operação e do valor base do concurso que à época foi a hasta pública. -----

----- Presentemente estavam novamente a trabalhar no processo e o primeiro passo tinha sido uma ação judicial para a reversão do terreno. Essa ação tinha sido extinta porque tinham conseguido negociar com o proprietário, uma escritura de reversão que tinha sido assinada há cerca de um mês. Portanto a Câmara tinha novamente os terrenos na sua posse e estavam exatamente a fazer o estudo dessa primeira fase. Aparentemente existiam condições, iriam avaliar em que moldes e em que circunstâncias. Não sabiam se de igual forma do estudo prévio que estava efetivamente aprovado, se com alguma *nuance* que eventualmente se possa vir a verificar. Agora não podiam avançar para uma outra solução sem explorar aquilo que foi o trabalho de 8 anos, um trabalho que à época foi aprovado por todas as forças

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

políticas e que representou para o município a solução ideal para a reconversão da Av^a da Liberdade e a solução para um conjunto de problemas, particularmente o novo edifício municipal. Não acreditava que durante o exercício destes 4 anos houvesse condições para a construção de um edifício municipal. E não era por uma questão de prioridades, ou por uma questão de valores envolvidos, ou qual a operação que resultaria para essa mesma construção, mas porque efetivamente a Câmara Municipal tinha um conjunto de investimentos previstos para os próximos 4 anos, que não conseguiria fazer face a um investimento dessa dimensão. Mas uma coisa era certa, fosse qual fosse o modelo, tendo em conta a atual conjuntura, a viabilidade de se avançar ou não com o estudo prévio anteriormente aprovado e que demorou um conjunto de anos a realizar, se não houvesse qualquer tipo de viabilidade, então entreviam uma nova solução onde obviamente passaria por estudo de viabilidade financeira para que a Câmara pudesse assumir efetivamente a construção de um edifício municipal. Pensava que seria este o caminho.-----

----- **A Presidente da AM** disse que há pouco tinha sido sugerido duas notas sobre a presente recomendação, e para se fazer esses acertos julgava que se deveria fazer um curto intervalo. No entanto tinha sido apresentado pelo colega José Guerra aos Líderes de Bancada, imediatamente antes do início da presente sessão, a possibilidade de se integrar no “PAOD” um voto de pesar pelo assassinato de Marielle Franco, e que iria passar a ler. -----

----- **“Voto de Pesar sobre o assassinato de Marielle Franco”**-----

----- *“A socióloga e vereadora Marielle Franco, de 38 anos de idade, foi recentemente assassinada no Bairro da Lapa, na zona central do Rio de Janeiro, na sequência de denúncias de violações de direitos humanos e de violência militar sobre mulheres negras e sobre moradores das favelas e das periferias. -----*

----- *A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida nesta sexta-feira, 16 de Março de 2018, associa-se às manifestações de condenação deste atentado contra a democracia por intermédio de um voto de pesar e manifesta a sua preocupação perante os atos de violência e crimes políticos que aumentam de dia para dia no Brasil. -----*

----- *Dar conhecimento à Embaixada do Brasil em Portugal e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. -----*

----- **Submetido à votação, o Voto de Pesar sobre o assassinato de Marielle Franco foi aprovado por unanimidade. Foi ainda guardado um minuto de silêncio em sua memória.** -----

----- Seguidamente a Presidente da AM disse que os trabalhos iam ser interrompidos por 10 minutos.

----- Recomeçados os mesmos, **a Presidente da AM** informou que durante o intervalo tinha sido possível acertar entre os grupos políticos nova redação aos documentos entretanto suspensos para



Assembleia Municipal de Sesimbra

deliberação. Nesse sentido, a Saudação sobre o Congresso Nacional da ANAFRE, tinha apenas como deliberação o seguinte texto: -----

----- *“Face ao exposto, a Assembleia a Municipal de Sesimbra, reunida em 16/03/2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra que proceda a um estudo de viabilidade financeira de construção de um novo edifício com a finalidade de agregar os diferentes serviços e, por essa via, melhorar as condições de trabalho de muitos dos seus trabalhadores”*-----

----- Seguidamente colocou à votação a **“Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra “Pela defesa de instalações dignas para os trabalhadores do Município”**, que foi aprovada por unanimidade, e cujo conteúdo é o seguinte:-----

----- *“A recente visita dos eleitos aos diferentes serviços da Autarquia, revelou que muitos desses serviços não reúnem as condições adequadas para os seus trabalhadores, existindo inclusive alguns locais de trabalho exíguos e sobrelotados.*-----

----- *Sobre as autarquias locais, enquanto pessoas coletivas públicas pertencente à Administração Autónoma, pela relação de proximidade privilegiada com os cidadãos, recai o especial dever de dar uma imagem de cumprimento escrupuloso da legislação laboral aplicável.*-----

----- *A Câmara Municipal de Sesimbra, enquanto entidade pública, deve zelar pela promoção humana, profissional e social dos seus trabalhadores, proporcionando-lhes boas condições de trabalho, tanto do ponto de vista físico como moral, contribuindo dessa forma para o seu bem-estar.*-----

----- *Com a necessidade de cumprimento de tais deveres, mais urgente se torna levar a cabo um estudo de viabilidade financeira de construção de um novo edifício que agregue os diferentes Serviços, que tenha em consideração os atuais custos de manutenção, arrendamento e demais encargos fixos a cargo da Autarquia, bem como o retorno financeiro decorrente de uma eventual alienação de instalações próprias do Município atualmente ocupadas.*-----

----- *Ao mesmo tempo, não queremos deixar de valorizar e enaltecer o trabalho e dedicação que os trabalhadores da Câmara têm demonstrado, quer no desempenho das suas funções, quer no sentido de missão de serviço público, que mesmo perante as dificuldades, num trabalho de proximidade, têm conseguido dar resposta às necessidades e levado a cabo os objetivos do município e que muito tem contribuído para promover a imagem do concelho de Sesimbra.*-----

----- *Face ao exposto, a Assembleia a Municipal de Sesimbra, reunida em 16/03/2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra que proceda a um estudo de viabilidade financeira de*



Assembleia Municipal de Sesimbra

construção de um novo edifício com a finalidade de agregar os diferentes serviços e, por essa via, melhorar as condições de trabalho de muitos dos seus trabalhadores”.-----

----- Prosseguindo os trabalhos, a **Presidente da AM** passou ao **“Período de Intervenção Aberto Aos Cidadãos”** -----

----- Mas nenhum dos cidadãos presentes pretendeu intervir. -----

----- Deu a Presidente passou ao **“Período da Ordem do Dia”** iniciando a apreciação do **ponto 1. “Aquisição de comunicações fixas e móveis de voz para a Câmara Municipal de Sesimbra – abertura de procedimento”**.-----

----- Informou que este assunto tinha baixado à Comissão “5” para apreciação, a comissão tinha reunido no dia 14 do presente mês e tinha estado presente o Vereador José Polido para esclarecer as questões que fossem colocadas pelos deputados da Comissão. -----

----- Deu a palavra ao **Coordenador da Comissão “5”, Deputado João Rodrigues** que disse que queria agradecer mais uma vez a presença do Vereador José Polido na reunião da Comissão. -----

----- Depois referiu que cabendo à Assembleia Municipal o papel importantíssimo de fiscalização da atividade do executivo era importante, quer a Assembleia num todo, mas em particular as Comissões, e neste caso a Comissão “5” que era a que lhe dizia respeito, receber atempadamente toda a documentação de suporte à decisão. E o que aconteceu em relação a este ponto, e também em relação ao seguinte, foi que a documentação a que os Srs vereadores tiveram acesso na reunião de Câmara para aprovação dos assuntos não chegou aos Deputados Municipais. Tinha tido o cuidado de pedir a documentação logo no dia 22 de fevereiro, mas só tinham recebido no dia da reunião, a 14 de março, e nem foi a documentação que solicitou. E para que percebessem, estavam a falar da aquisição de comunicações fixas e móveis de voz para a CMS e não tinham o objeto do concurso, um documento a dizer o que é que estavam para adquirir, ou seja, havia um concurso, a comissão ia analisar o concurso e nem sabia que concurso era, julgava que era preciso limar no futuro. Era evidente que se a Câmara tivesse como princípio enviar a documentação, a documentação vinha logo à partida. Se fosse ele a solicitar, era preciso que os serviços recebessem o pedido, que preparassem a resposta e depois dava aquele desfasamento temporal. Aquilo que solicitava para o futuro, era que toda a documentação de suporte à decisão fosse presente à Comissão. -----

----- Quanto à reunião tinha decorrido com normalidade, o Vereador José Polido deu os esclarecimentos que entendeu, que os deputados da comissão aceitaram e compreenderam, e

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

posteriormente deu-lhes em pormenor aquilo a que dizia respeito o concurso. Mas ninguém assumiu a posição de voto e portanto iriam debater o assunto.-----

----- Usou da palavra o **Deputado José Braga** que disse que na reunião da Comissão, como o Coordenador tinha acabado de mencionar, o Vereador José Polido tinha-os informado sobre a necessidade da substituição de alguns equipamentos considerados obsoletos, nomeadamente a central telefónica e a aquisição de outro equipamento. De uma forma sucinta o Vereador tinha-lhes explicado quais os equipamentos a adquirir e as suas funcionalidades, tais como o sistema unificado de voz, dados móveis e sistema de gestão de frotas. Da parte dos deputados da CDU foram colocadas algumas questões, as quais foram esclarecidas pelo Vereador. Face aos elementos recolhidos a CDU estava de acordo com a aquisição dos equipamentos, tão necessários à modernização na área das comunicações por parte dos serviços da Câmara Municipal de Sesimbra.-----

----- **O Deputado Sérgio Faias** disse que uma vez que ainda tinham público presente, pensava que seria importante que os ajudassem a clarificar o público e faria apenas três questões. Qual o valor base do concurso público; a duração da contratação que se pretendia; e uma breve descrição dos equipamentos que iam adquirir. Gostariam também de saber se houve uma alteração do valor base em relação ao concurso anterior e em relação aos equipamentos que iam adquirir.-----

----- **O Deputado Lobo da Silva** disse que sobre a presente aquisição de comunicações fixas e móveis de voz para a CMS - abertura de procedimento, o PSD tinha estado na reunião da Comissão "5", nada tinham a opor, concordavam com ela. No entanto, relativamente à intervenção do Deputado João Rodrigues, era intenção do PSD levar a questão por ele colocada à Comissão de Líderes.-----

----- Seguidamente a **Presidente da AMS** cedeu a palavra ao **Presidente da CMS** que disse que depois de ouvir os Deputados e também da informação que tinha conseguido obter da Sr^a. Presidente da AMS de que tinha havido um atraso na entrega da documentação, reconhecia que tinham que limar um pouco esta articulação do ponto de vista de chegar mais atempadamente. Na verdade os documentos não chegavam fisicamente também ao executivo nas reuniões de Câmara, existe um sistema de gestão documental onde a proposta chega e é visualizada. Não está fisicamente, depois é que tudo impresso e assinado um exemplar por todos os elementos do executivo. Mas de facto era uma questão que tinham que afinar para chegar mais cedo. Não lhe parecia lógico chegar em simultâneo à reunião de câmara até porque não sabiam qual seria o resultado em rigor da votação, mas teriam que tentar de uma forma mais célere fazer chegar à Assembleia a documentação.-----

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Quanto à presente matéria disse que estavam a falar da abertura de um procedimento para um concurso internacional, mas o Vereador Sérgio Marcelino iria dar alguns esclarecimentos e algumas notas sobre a aquisição de comunicações fixas e móveis de voz para a Câmara.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Vereador Sérgio Marcelino** que disse que não tinha podido estar na reunião da Comissão por impedimentos pessoais inadiáveis, e o Vereador José Polido tinha-se oferecido para esclarecer algumas questões que fossem solicitadas. Mas de facto a documentação que chegou à Assembleia foi a ata da reunião de Câmara e o programa do concurso onde estava tudo escrito o que se pretendia fazer, inclusive, a descrição dos 3 programas que iam implementar naquele concurso, em termos de quantidades, a forma como iam ser implementados, a descrição dos próprios sistemas, que atenção, eram demasiados técnicos para quem não estuda aquelas matérias, provavelmente a maioria dos deputados iriam perder-se naquelas descrições técnicas. Mas havia também um resumo bastante sucinto que ia apresentar.-----

----- Do ponto de vista histórico lembrar que em 2013 tinham feito pela primeira vez um concurso em que integravam, voz, dados, SMS, Internet, tinham conseguido colocar quase a totalidade deste tipo de serviços, telefone fixo, telefone móvel, mensagens escritas e também a Internet. Tinha ficado ainda com alguns serviços “pendurados” porque não os tinham conseguido integrar nesse concurso. Esse concurso teve a duração de 2 anos e teve um valor de adjudicação de 145 mil euros. O valor do concurso estava em vigor e era sobre ele que pagavam os prolongamentos, porque o concurso tinha uma duração de 2 anos. Portanto estavam em 2018 e tinham prolongado o concurso porque achavam que as condições, mesmo por prorrogação, eram ótimas considerando os valores do mercado. Naquele dia estavam a solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da proposta de concurso e o seu lançamento. ---

----- E porquê naquela dia? Porque se tinham deparado com a elaboração do orçamento para 2018 com uma série de problemas técnicos, nomeadamente, uma central obsoleta. A central telefónica existente causa uma série de problemas, quer internos, por vezes não se consegue comunicar entre serviços, quer externos, os munícipes e outras entidades têm dificuldade em comunicar com os serviços da câmara, ficam muito tempo à espera e por vezes acabam por desistir. Estavam a falar de uma central com 20 anos, do ponto de vista tecnológico podiam avaliar como é que estava. -----

----- Neste novo concurso a novidade era terem um sistema unificado, que iria permitir-lhes que todo o sistema fosse controlado de forma informática. Ou seja, a central existia mas era uma central virtual, não iam ter problema de uma central física, sempre que fizessem uma atualização do sistema informático a central estaria atualizada. Este sistema unificado permitia também, e era um dos passos que iam

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

apostar, embora do ponto de vista da gestão do utilizador fosse dar alguma reacção menos positiva, fazer desaparecer os telefones fixos das secretárias. Porque a partir do momento que implementassem esses sistemas, conseguiam através do telemóvel receber as chamadas para o telefone físico e fazê-las como se estivesse no telefone física. Isto trazia alguma poupança porque os telefones existentes são alugados, e quando se avariavam tinham que os reparar ou substituir. Portanto o sistema unificado era isto, poupar a central, a central também tinha um custo de manutenção periódica, o valor previsível seria de 70 a 80 mil euros, esse valor estava no concurso ali presente. -----

----- Depois tinham feito uma oposta no presente concurso, que era a possibilidade de fazerem uma gestão séria e uma gestão otimizada da frota, que iria permitir, com a colocação de equipamentos nas viaturas, saber quem foi o condutor, qual a velocidade da viatura, onde é que andou, onde é que está, avaliar os consumos, quando a viatura necessita de reparação dispara o alarme para o sistema, não só para o sistema como também para o responsável. A gestão da frota era um dos objetivos do executivo.

----- Quanto aos telemóveis, o sistema de voz ia ser integrado no sistema unificado, iam também integrar alguns serviços que estão separados, o sistema de SMS das refeições escolares, a piscina, que tiveram que ser feitos fora do concurso porque tinham sido feitos à posteriori. E também iriam otimizar o sistema de saldos, que era um dos problemas que tinham, alguns dos colegas por vezes têm necessidade de pedir mais 5 euros, mais 10 euros, porque num determinado mês tinham necessidade de falar mais para o exterior. Neste concurso as comunicações todas da Câmara Municipal, quer fixas, quer móveis, estão incluídas, têm um custo zero para o município. -----

----- Por fim disse que o presente concurso era para 3 anos e o valor era de 447 mil euros.-----

----- Seguidamente a **Presidente da Assembleia** deu a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Usou da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que começou por agradecer ao Vereador as informações detalhadas que tinha dado.-----

----- Em relação à frota queria deixar uma nota, quando numa assembleia houve a apresentação de uma recomendação sobre veículos eléctricos o GM do PS teve a oportunidade de dizer que era importante que houvesse uma gestão mais eficaz da frota, e de facto estavam a ver que as suas palavras fizeram eco no executivo e consideraram no presente concurso essa preocupação. -----

----- Tinha ficado só com uma dúvida, relativamente ao concurso anterior que era para o período de 2 anos, 2013 a 2015, qual tinha sido a figura no código da contratação pública usada depois para a continuação desse contrato até àquele momento, uma vez que existem algumas restrições em termos da



Assembleia Municipal de Sesimbra

contratação pública depois de lançar o concurso em alongá-lo. Só para tentar perceber de acordo com o CCP qual foi o procedimento que foi usado.-----

----- **O Deputado Lobo da Silva** referiu que de facto tinha sido gratificante a intervenção do Vereador Sérgio Marcelino no que concerne a explicação que fez, e tinha duas questões. Uma delas era uma pergunta muito concreta. Quem é que ia monitorizar aquilo tudo se houvesse uma pessoa, por exemplo, no Cabo Espichel e era preciso ir buscar, e estava lá o serviço de águas e o serviço de obras e precisava de ir buscar essa pessoa, quem é que iria gerir essa visualização aonde é que estavam os carros.-----

----- Depois disse que queria deixar um alerta, e certamente que não seria essa a finalidade, esperava que ninguém estivesse tentado com aquele tipo de gestão afrontar ou a violar a privacidade desse trabalhador.-----

----- **A Presidente da AM** deu a palavra **ao Vereador Sérgio Marcelino** que esclareceu o Deputado Sérgio Faias que à presente data não podiam fazer esses prolongamentos porque a legislação ia sempre mudando. No concurso anterior tinham um item que podiam prolongar por mais um ano não havendo custos acrescidos para o município. E foi isso que aconteceu, foram sempre pagando os mesmos valores.

----- Relativamente a quem é que iria gerir tudo aquilo, disse ao Deputado Lobo da Silva que ainda não tinham determinado, tinham que criar equipas, chefes de divisão, ou alguém. Mas o sistema unificado previa também a comunicação móvel e fixa para os próprios computadores, e também tablettes, a informação chegava aonde quisessem desde que estivessem dispostos a recebê-la. E pensava que se houvesse a necessidade de resolver algum problema e soubessem aonde a viatura estava, muito rapidamente o Chefe de Divisão, ou o Técnico que estivesse responsável, recebia a informação no seu telemóvel. Mas tudo isso teria que ser parametrizado e definido e tinha que haver responsáveis. Naquele momento o que estava ali em causa não era quem o ia fazer, mas aquilo que o sistema permitia fazer, depois teriam de o gerir da melhor forma.-----

----- Depois referiu que ninguém ia perseguir ninguém, porque não eram esse tipo de pessoas.-----

----- **O Deputado Lobo da Silva** disse que não pensava que a Câmara, ou qualquer membro do executivo, fosse perseguir alguém, mas sabia do que é que estava a falar, talvez o Vereador não soubesse o que é que permite este tipo de controlo.-----

----- Não havendo mais questões para colocar, **a Presidente da AMS** colocou à votação a **“Aquisição de comunicações fixas e móveis de voz para a Câmara Municipal de Sesimbra – abertura de procedimento”**.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A Assembleia Municipal de Sesimbra deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a abertura de procedimento para a aquisição de comunicações fixas e móveis de voz para a Câmara Municipal de Sesimbra, tendo em conta que a assunção do respetivo compromisso não está previsto nas GOP's, o valor, cerca de 447.009,12 (+ IVA, ser superior ao montante delegado pela Assembleia Municipal no Presidente da Câmara Municipal e por se tratar de um compromisso plurianual.

----- Prosseguindo os trabalhos, a **Presidente da AM** deu início ao **ponto 2 “Contratação de empréstimo a longo prazo até ao montante de 1 milhão e duzentos mil euros destinado a financiar a aquisição de equipamento circulante”**.-----

----- Informou que na reunião da Comissão “5” também tinha sido apreciado este ponto, e tinha estado presente o Vereador José Polido, que detém o pelouro das finanças, para fazer a explanação sobre esta matéria.-----

----- Deu a palavra ao **Coordenador da Comissão, João Rodrigues**, que referiu que quanto a este ponto queria apenas dizer o seguinte. O valor desta contratação de 1 milhão e duzentos mil euros, de longo prazo, era relativo a bens que estavam orçamentados em 3 milhões de euros. E na reunião da Comissão “5” aquilo que se pretendia era que a aplicação fosse em função do desenrolar dos concursos. Aquilo que pedia como Coordenador da Comissão era que das utilizações que venham a ocorrer lhes dessem informação relativamente à utilização efetiva das aquisições feitas com base no presente financiamento.-----

----- Depois a **Presidente da AM** cedeu a palavra aos Deputados Municipais.-----

----- Usou da palavra o **Deputado José Braga** que referiu que quanto à contratação do empréstimo de longo prazo até ao montante de 1.200 mil euros, destinado a financiar a aquisição de equipamento circulante, na reunião da Comissão “5” o Sr. Vereador José Polido tinha informado quais as viaturas e maquinaria pesada que a Câmara Municipal pretendia adquirir e os prazos destas aquisições/alterações. Tinha sido também aprovado na reunião as condições em foi concedido o empréstimo e a entidade bancária vencedora do concurso. Os deputados municipais da CDU tinham sido colocadas algumas questões relacionadas com o tipo de viaturas a adquirir e sobre a amortização do empréstimo. Consideravam a aquisição das viaturas e maquinaria pesada fundamentais na renovação de uma frota antiga e constantemente avariada, além de insuficiente. Consideravam este investimento prioritário, porque iria aumentar a resposta dos serviços municipais nas áreas, saneamento, recolha de lixo, transportes escolares, entre outras áreas. Este investimento juntamente com o reforço de meios humanos previstos para estas áreas, permitiria ao município de Sesimbra melhorar significativamente a

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

qualidade dos serviços prestados à população, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida a que todos eles tinham direito. Para finalizar disse que estes investimentos estavam previstos nas GOP's de 2018 aprovados pela Assembleia Municipal de Sesimbra.-----

----- Usou da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que referiu que já que iam votar a contratação de um empréstimo, seria bom fazer o ponto da situação à execução financeira e ao valor de dívida da Câmara Municipal. -----

----- Usando da palavra o **Deputado João Valente** perguntou ao executivo se na actualidade continuam a existir viaturas alugadas. -----

----- **A Presidente da AM** cedeu a palavra **ao Presidente da Câmara** que referiu que o presente empréstimo de 1,2 milhões de euros, já previsto nas GOP's para 2018, destinado à aquisição de equipamento circulante, portanto estavam a falar de viaturas pesadas no âmbito dos serviços urbanos, serviços de proximidade, uma carência que estava identificada e releva para uma das grandes apostas de 2018, e que tem a ver com a otimização a nível dos equipamentos e ao nível dos recursos humanos, em termos de assistentes operacionais, por forma a melhorar significativamente as referidas áreas. -----

----- Disse que a taxa de juro do empréstimo é relativamente baixa, estavam a falar em taxas de juros negativas, apenas contabilizando os *spreads*. Estava previsto as prioridades em termos de viaturas, nomeadamente ao nível das prioridades também de abertura de procedimentos, 400 mil euros de utilização em 2018, e 800 mil euros em 2019. -----

----- Referiu que já que tinha sido colocada a questão, antecipando de certa forma em termos muito gerais e latos aquilo que será a discussão do relatório de contas de 2017, a Câmara terminou o ano com números redondos, com um saldo de gerência de 2,6 milhões de euros. E portanto admitia que tenha sido um dos melhores resultados dos últimos anos em termos de execução e de transferência de saldo para o ano seguinte. Terminou o ano com 2 milhões de dívidas a fornecedores, estavam a falar precisamente das faturas do mês de dezembro que transitaram para 2018. O que significa que a Câmara passou o ano de 2017 para 2018 sem qualquer dívida a fornecedores tendo em conta este resultado. --

----- Em termos de viaturas disse ao deputado João Valente que existe um conjunto significativo de viaturas alugadas, a Câmara Municipal até tem tido uma opção, recente, de que as viaturas serão por aluguer operacional e não por aquisição. E estava previsto também a abertura de procedimento durante o ano de 2018, até para renovação de um conjunto de alugueres operacionais que estão a finalizar. ----

----- Foi cedida a palavra **ao Vereador José Polido** que informou que na passada quarta-feira tinha tido a oportunidade de ter uma reunião com a Comissão que tutela a área das finanças, para explicar que a

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Câmara Municipal de Sesimbra naquele momento tinham uma situação financeira bastante equilibrada. No final do ano, a 31 de dezembro, tinham uma dívida de curto prazo no valor de 2,967 milhões de euros, ligeiramente superior ao valor que o Sr. Presidente referiu, porque entretanto tinham chegado algumas faturas que estavam nos serviços, sendo que ao dia presente tinham uma dívida a rondar 2,4 milhões de euros. Ou seja, a autarquia conseguiu em dois meses reduzir a dívida de curto prazo em mais de meio milhão de euros.-----

----- Relativamente ao empréstimo, disse que a Câmara tem nas GOP's e Orçamento, nomeadamente no Plano de Investimento para a aquisição de viaturas, na rubrica "Outras Viaturas", uma dotação em 2018, 2019, e 2020, de 3.201 milhões de euros. Tinha feito um levantamento das necessidades por todos os serviços, e aquilo que tinha tido a oportunidade de dizer era que este valor destinava-se quase exclusivamente a aquisição de maquinaria pesada. Nestes 3.201 milhões de euros tinham apenas incluída uma viatura, com pouco significado, mas que fazia bastante falta para os serviços, uma viatura pequenina que deve rondar os 11 mil euros, que é uma viatura que remove os contadores e coloca os contadores quando se faz os contratos para o fornecimento de água. -----

----- Referiu que o presente empréstimo seria utilizado nas proporções de 400 mil euros este ano e 800 mil euros no próximo ano, era esta a perspetiva que tinham. Estava perspectivado também nos 3.201 milhões de euros, e também tendo em vista também a diminuição do endividamento global da autarquia, porque relativamente ao endividamento de curto prazo dificilmente a autarquia conseguiria reduzir mais que os 2 milhões, a Câmara tem um orçamento que ronda quase os 50 milhões de euros, dividindo por 12 meses dá uma média de 4 a 5 milhões de euros por mês, portanto se tivessem um endividamento de curto prazo de cerca de 2 milhões de euros, era o endividamento corrente. Aliás, muito corrente, porque no final do ano tinham um prazo de pagamento de 38 dias, presentemente com a diminuição da dívida já tinham baixado substancialmente o prazo médio de pagamento. Referiu que estava a frisar números fornecidos pelas entidades de supervisão, nomeadamente a DGAL-Direção-geral das Autarquias Locais.

----- Quanto às viaturas disse que tinha identificado na área dos serviços urbanos, varredouras, lavagem de contentores, lavagem de moloques, recolha de resíduos sólidos urbanos, carrinhas de caixa aberta, um tractor para limpar as bermas com o respetivo equipamento, uma máquina para ajudar na pavimentação, um Dumper, retroescavadoras, 2 autocarros – um de 31 lugares e outro de 43 lugares, 2 camiões de 19 toneladas, e 1 carrinha para a Proteção Civil – chamado carro de combate rápido para aceder rapidamente aos incêndios.-----

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Depois foram ao mercado, e das instituições consultadas houve 6 que responderam positivamente ao concurso. E a entidade que ganhou o concurso foi a Caixa Geral de Depósito, com uma taxa de juro de 1,1% para o empréstimo de 5 mais 2 anos, porque tinham ali 2 anos de carência, cerca de 24 meses. E porque é que tinham esta carência? Porque a Câmara estava ainda à espera de uma viatura do orçamento de 2016. Os concursos públicos são tão morosos, tão morosos, que a viatura ainda não chegou. Dai terem pedido no próprio concurso 2 anos para a utilização do empréstimo, senão podiam correr o risco da assembleia estar a aprovar e depois não poderem utilizar o empréstimo porque entretanto passou o tempo máximo de utilização, e portanto tinham pedido 2 anos de carência. Portanto a Caixa Geral de Depósitos, que não foi a que apresentou o *spread* melhor, quem apresentou o melhor *spread* foi o BPI, de 1,08%, só que apresentou comissões na operação e por isso perdeu, por cerca de 1500 euros, e portanto a CGD ganhou o concurso.-----

----- Portanto estavam a pedir à Assembleia Municipal que aprovasse a contratação deste empréstimo para que a autarquia vá melhorando a sua frota. E como já tinha dito na reunião da comissão, no seu ponto de vista, para a que a autarquia vá renovando a sua frota terá que investir no mínimo 1 milhão de euros todos os anos, tendo em conta a dimensão territorial que Sesimbra tem e para o serviço que queriam prestar à população. -----

----- Terminados os esclarecimentos, **a Presidente da AM** disse que face aos esclarecimentos dados, quer pelo Sr. Presidente da CM, quer pelo Sr. Vereador José Polido, acrescidos daquilo que tinha sido informado na reunião da Comissão “5”, estavam em condições de passar à votação. -----

----- Colocado à votação, a Assembleia Municipal de Sesimbra **deliberou, por unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, **autorizar a contratação de um empréstimo a longo prazo até ao montante de 1 milhão e duzentos mil euros com a Caixa Geral de Depósitos**, nas condições constantes do relatório de análise de propostas, o qual se destina a financiar parte dos custos globais relativos a aquisição de equipamento circulante conforme inscrito nas Grandes Opções do Plano vigentes na GOP 11 01 2007/188.1, código orçamental 0601/07010601.-----

----- **O Deputado Lobo da Silva** apresentou, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, a seguinte Declaração de Voto: -----

----- *“Tendo em consideração a finalidade deste empréstimo que visa as necessidades da população deste concelho, obviamente, o nosso voto favorável.* -----

----- Foi dado início ao **ponto 5 “Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança”** ----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- **A Presidente da AM** referiu que como era do conhecimento de todos, este documento tinha que obrigatoriamente basear-se no novo quadro legal, a Lei nº. 33/98 de 18 de julho e que tinha sido republicada pela Lei 106/2015 de 25 de agosto. -----

----- Disse que o presente Regulamento Provisório tinha de facto a metodologia semelhante àquilo que são os regulamentos ditos normais, quer do ponto de vista daqueles que são da responsabilidade no âmbito do Município, quer aqueles que são da responsabilidade da Assembleia Municipal, como é o caso do Regulamento do Prémio Espichel, e foi trabalhado com o espírito do quadro legal, evidentemente. Também tinha tido a participação da Comissão de Líderes que fez o seu enquadramento, não só nesse aspeto mas colhendo também a redação e a própria organização do regulamento anterior, e mereceu, quer da parte do Sr. Vereador do Pelouro a sua concordância, quer inclusivamente do gabinete jurídico que concordou com o seu teor. Após deliberação na presente sessão, que pensava seria de aprovação, seria remetido ao Sr. Presidente da Câmara para que no âmbito da sua responsabilidade e também do Vereador do pelouro, Francisco Luís, na reunião de dia 23 de abril o Conselho Municipal de Segurança desse o parecer. Posteriormente seria remetido à Assembleia Municipal para que esta na sessão ordinária de junho o aprovasse definitivamente. -----

----- Depois deu a palavra ao Deputados Municipais para se pronunciarem. -----

----- **O Deputado João Rodrigues** referiu que sabia que era um regulamento provisório mas tinha tido o cuidado de o ler e queria alertar para 2 pontos. -----

----- Por um lado, a interligação entre os objetivos do Conselho Municipal de Segurança e as suas competências. Ou seja, em termos genéricos estavam a falar de 3 áreas, segurança, sinistralidade e segurança rodoviária e protecção civil e combate a incêndios. E o que acontecia era que havia alguma desconformidade entre os objetivos e as competências, porque na parte dos objetivos não era feita referência à protecção civil e combate a incêndios. Portanto, deveria haver uma sintonia entre os objetivos e as competências, para que fizesse sentido uma coisa e outra. -----

----- Por outro lado em relação aos prazos de convocatória das reuniões, alertar para o seguinte: “A ordem do dia deve ser entregue a todos os membros do conselho com a antecedência de pelo menos de 8 dias sobre a data da reunião”. E depois dizia: “A convocatória da reunião pode ser feita para um dos 15 dias seguintes à apresentação do pedido, mas sempre coma a antecedência mínima de 48 horas sobre a data da reunião extraordinária”. Portanto, se eram 48 horas não podia respeitar 8 dias antes para receberem a ordem do dia. -----

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- **A Deputada Andredina Cardoso** disse que na página 5, capítulo III, secção I, alíneas m), n), o) e p), fala do representante das associações económicas – a designar por estas, no representante das associações sindicais – a designar por estas, e no representante das associações patronais – a designar por estas. Portanto a sua questão era saber se tinha sido encontrada alguma metodologia para designar estas pessoas. -----

----- Na página 6, alínea w) quanto à representação da associação dos pais, mas antes disso também, na alínea d) onde falava nos 3 responsáveis na área de cada uma das freguesias, gostaria de um esclarecimento sobre o funcionamento do CLAS. -----

----- **A Presidente da AM** disse que as questões que a Deputada colocou são matérias processuais que devem ser desenvolvidas pela Câmara Municipal e portanto não competia à Assembleia Municipal desenvolvê-las de qualquer forma. Daí que o presente regulamento fosse um regulamento provisório e, como tal, tivesse de ser remetido ao Sr. Presidente da Câmara para que no âmbito daquilo que é o pelouro e de acordo com os seus conteúdos o possa implementar. -----

----- Cedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse que de facto não tinha acompanhado este processo, mas pensava que o Vereador Francisco Luis poderia ter alguma informação.

----- Cedida a palavra ao Vereador **Francisco Luís** começou por dizer que os representantes que estavam identificados eram indicados pelas entidades. E portanto oficiavam todas as entidades para que indicassem quem na sua perspetiva as deviam representar no Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Referiu que como os deputados sabiam o Conselho Municipal de Segurança é o órgão consultivo da Câmara Municipal e pela experiência que tiveram no mandato anterior se revestiu de particular importância o bom funcionamento deste órgão. Neste mandato tinham achado importante, com a concordância da Sr^a Presidente da Assembleia Municipal e do Sr. Presidente da Câmara, alargar o Conselho Municipal de Segurança a outras entidades e inclusive aos grupos políticos da Assembleia Municipal. Pensavam que era importante que todos pudessem partilhar informação que todas as entidades tinham para dar às soluções que tinham de encontrar. Evidentemente que, e era um alerta que era sempre feito, havia muita informação que era trabalhada no Conselho Municipal de Segurança sobre a qual tinham que ter alguma reserva, até face às entidades que o compõem. Aquilo que pedia era que quando participassem dessem todos os contributos que achassem importantes, que conseguissem integrar tudo aquilo que eram as preocupações das várias entidades, que têm uma grande transversalidade como já tinham percebido, e que nos assuntos mais sensíveis reservassem alguma da informação, que achassem que tinha que ficar só entre eles, para algumas decisões que tinham que

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

tomar para futuro. E tomavam decisões das mais variadas, por exemplo, como é que iam organizar em termos de segurança os grandes eventos do concelho, carnaval, passagem de ano, etc. Havia muitos dados informativos que também eram passados por muitas entidades, os dados da criminalidade, que tipo de criminalidade é que os tinha que preocupar mais nas várias freguesias do concelho em geral, etc., etc. Portanto o que lhes pedia, era que participassem no Conselho Municipal de Segurança, porque todos seguramente encontrariam melhores soluções para o concelho de sesimbra.-----

----- Cedida a palavra ao **Presidente da CM**, este referiu que tinha estado a ver o enquadramento legal e de facto era uma coisa completamente descabida. E completamente descabida porque é a própria Lei que define os objetivos e as competências, dentro deste pressuposto o próprio regulamento não pode de certa forma alterar aquilo que é o pressuposto legal. Depois na composição vinha a questão dos responsáveis das associações económicas, patronais e sindicais em número a definir no Regulamento de cada concelho. E depois a questão que lhe parecia ser a mais caricata, é a Assembleia Municipal que elabora e aprova o regulamento provisório e que envia a título consultivo ao conselho. O conselho na primeira reunião analisa e imite parecer a enviar à Assembleia Municipal. Só para dizer que os objetivos e as competências estavam todos descritos na Lei. De facto isto era tudo um bocadinho incharacterístico, como era normal a legislação que enquadra este tipo de conselhos.-----

----- **A Presidente da AM** disse que para além de ser um procedimento um bocadinho um pouco enviusado, efetivamente apenas se tinham limitado a transcrever aquilo que estava na Lei, de facto houve alguma alteração entre a Lei anterior e a que fazia o enquadramento deste novo conselho municipal, mas efetivamente naquilo a que se tinha referido o deputado não tinham tido mais nenhuma inspiração. No que dizia respeito à sua composição, aí sim, tinham feito alguma limitação, por exemplo, no que diz respeito à integração de cidadãos de reconhecida idoneidade a Lei previa que pudessem ir até 20, e tinham ficado nos 5, para não transformarem uma reunião deste conselho municipal num plenário. E quem diz este parâmetro diz outros que tinham certamente o mesmo nível de valor de quantidade, o que no ponto de vista da Comissão de Líderes não era funcional. E tinham ido buscar outros exemplos de outros municípios, em que efetivamente se orientaram com parâmetros de quantidade semelhantes aqueles em que se tinham estabelecido na Comissão de Líderes para o presente regulamento. -----

----- Não havendo mais ninguém para intervir, a Presidente da AM colocou à votação o **“Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança”**. -----

----- A Assembleia Municipal de Sesimbra deliberou, por unanimidade, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, aprovar o Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança.

Ata nº7 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Em seguida foi dado início ao **ponto 6 “Designação de um representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil”**. -----

----- Passou-se em seguida à distribuição dos boletins de voto pelos deputados presentes, para a eleição por escrutínio secreto. -----

----- Recolhidos os boletins de voto, verificou-se o seguinte resultado: -----

----- A Assembleia Municipal de Sesimbra elegeu por escrutínio secreto e por maioria, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Pinto Correia, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil.

----- Por fim, foi dado início ao **ponto 7 “Designação de 5 cidadãos de reconhecida idoneidade para integrar o Conselho Municipal de Segurança”**. -----

----- Foram distribuídos os boletins de voto pelos deputados presentes, para a eleição por escrutínio secreto. Recolhidos os mesmos, verificou-se o seguinte resultado: -----

----- A Assembleia Municipal de Sesimbra designou, por escrutínio secreto e por unanimidade, os seguintes cidadãos de reconhecida idoneidade para integrar o Conselho Municipal de Segurança: -----

----- André Filipe Mosca Antunes; António José Saloio Paixão; Manuel Dias Marinho; Maria da Conceição dos Santos Lopes Osório, e António José Proença Churro. -----

----- **A Presidente da AM** cedeu a palavra à **Deputada Bertina** que disse que queria agradecer o mimo e a delicadeza da oferta da Segunda Secretária, Conceição Gonçalves às mulheres da assembleia. -----

----- A seguir todos os deputados e deputadas aplaudiram com uma salva de palamas. -----

----- **A Presidente da AM** referiu que a Assembleia Municipal de Sesimbra era uma assembleia de homens e mulheres que reconhecem as mulheres como contributo importante à construção da sociedade, ainda que com algumas dificuldades para garantir o seu espaço na mesma. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, tendo sido solicitado pelo Deputado Lobo da Silva a dispensa da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos. -----

----- **A Presidente da Assembleia Municipal** encerrou a reunião às zero horas e vinte minutos. -----

----- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----